



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DE PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE EMPREENDEDORES E LIDERANÇAS RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ

**VANIA DI ADDARIO GUIMARÃES; FERNANDO CURI PERES;
LUÍS ALBERTO AMBRÓSIO; JOSÉ ROBERTO CANZIANI;**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURITIBA - PR - BRASIL

addariov@agrarias.ufpr.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Ciência, Pesquisa e Transferência de Tecnologia

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DE PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE EMPREENDEDORES E LIDERANÇAS RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ.

Grupo de Pesquisa: Ciência, Pesquisa e Transferência de Tecnologia

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de avaliações da eficácia do Programa Empreendedor Rural – PER – em alcançar seus objetivos. O PER é um programa de educação rural para produtores e trabalhadores rurais desenvolvido no Paraná e executado pelo Senar/PR e Sebrae/PR que visa elevar os estoques de capital humano e social no meio rural. O programa adota o construtivismo como método de ensino e a elaboração de projetos de investimento como eixo de aprendizagem. Na Fase I do Programa, executado a partir de 2003, o objetivo principal é a promoção de empreendedorismo no meio rural, por meio de um treinamento com cerca de 5 meses de duração. A Fase III, executada a partir de 2005, tem como objetivo principal a ampliação do capital social no meio rural, e se desenvolve por cerca de 9 meses. A avaliação do programa foi planejada para coletar informações em três fases distintas: (1) início do programa (Marco Zero), (2) término do programa e (3) após um ano do término do programa. O programa foi avaliado por meio de questionários e entrevistas

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

estruturadas, em amostras de participantes estatisticamente significativas. Aos resultados foram aplicados métodos de estatística descritiva, teste de Qui-quadrado, apresentação gráfica de dados e a técnica de “data mining”. Os resultados para a Fase I mostram que o programa foi eficaz na promoção de empreendedorismo, especialmente na criação de negócios próprios pelos participantes um ano após a conclusão do treinamento, entre outros resultados. Para a fase III a avaliação mostra que, ao final do treinamento, que implica na elaboração de projetos associativos, os participantes tiveram uma visão mais crítica e real do seu efetivo estoque de capital social. O programa contribuiu como ponte para a rede social existente, mas não foi suficiente em si mesmo para gerar um aumento no capital social das comunidades.

Palavras-chaves: educação rural, empreendedorismo, capital social, liderança, eficácia de capacitações.

Abstract

The paper presents results of evaluations of the effectiveness of the Agribusiness Management Program - PER - in reaching its objectives. The PER is a rural educational program for producers and managers developed in the state of Paraná. Senar/PR and Sebrae/PR are in charge of the program execution that aims at raising the supplies of human and social capital in the state rural areas. The program uses a constructive approach as educational method and the elaboration of investment projects as its learning alignment. The Phase I of the Program, executed since 2003, aims at empowering rural entrepreneurship, by means of a training program with 5 months duration. Phase III, executed since 2005, has as major objective increasing the stocks of social capital in the state rural areas and its learning program lasts about 9 months. The evaluation of the program was planned to allow collecting information in its three distinct phases: (1) at beginning of Phase I of the program (Landmark Zero); (2) at the end of Phase I; and (3) after one year of the end of Phase I of the program, for each group of participants. The program was evaluated by means of questionnaires and structuralized interviews, with statistically significant sample of participants. Methods of descriptive statistics, tests of Qui-square, graphical presentation of data and the technique of “date mining” were applied to analyze the answers. The results for Phase I show that the program was efficient in promoting entrepreneurship, especially in the creation of business-oriented projects for the participants. They were, among others results, observed to be implemented one year after the conclusion of the Phase I training. The evaluation process showed that at the end of Phase III training, that required the elaboration of an associative project by the participant, they had a more critical and real vision of the effective stock of social capital in their area. The program built a bridge for the existing social network, but it was not enough in itself to generate an increase in the stock of social capital for the communities.

Key Words: rural education, entrepreneurship, social capital stock, leadership, effectiveness of qualifications.

1. INTRODUÇÃO



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



No Brasil inúmeros programas de formação de empreendedores e lideranças rurais já foram realizados, mas poucos deles realizaram pesquisas de avaliação (com rigor estatístico) sobre os resultados alcançados. No Estado do Paraná um programa desta natureza vem sendo realizado desde 2003 em uma grande dimensão e contempla a avaliação estatística de seus resultados, que é o foco principal deste artigo. A representatividade deste programa paranaense pode ser medida, por exemplo, pelo volume de recursos financeiros já aplicados que somavam até 2006 cerca de 10 milhões de reais em despesas de investimento e custeio, ou pelo grande número de participantes, que já superavam mais de 15 mil pessoas treinadas em todas as suas fases até final de 2007. A partir de 2007 o Programa Empreendedor Rural se tornou nacional e, em 2008, deve ser realizado em 22 estados brasileiros, além do Distrito Federal.

O presente artigo pretende apresentar, de forma sintética, como o Programa Empreendedor Rural foi estruturado em suas diferentes fases e como foram feitas as avaliações para se apurar os resultados alcançados.

O programa de treinamento é dividido em três fases: (1) a primeira fase visa o desenvolvimento do empreendedorismo nos participantes e contempla um treinamento com duração de aproximadamente 5 meses, onde a elaboração de um projeto de investimento de capital pelos participantes é o fio condutor do programa (PERES et al, 2003); (2) na segunda fase, de duração indeterminada, os participantes são motivados a formarem grupos voltados a solução de problemas comuns dos participantes; (3) a terceira fase é mais voltada à formação de lideranças rurais (PERES et al, 2005a). Nela os participantes devem elaborar um projeto associativo de investimento de capital ao longo dos 9 meses de duração, o que em outras palavras significa investimento em capital social.

A execução da Fase I do Programa Empreendedor Rural foi iniciada no segundo semestre de 2003, tendo continuidade até a presente data. A Fase III do programa teve início em 2005, e também se encontra em andamento até a presente data. A forma de apresentação dos resultados neste artigo é uma síntese dos documentos e publicações elaborados pela equipe de coordenação do Programa Empreendedor Rural (AMBRÓSIO et al 2004, GUIMARÃES et al, 2004, GUIMARÃES et al, 2005 e PERES et al, 2005b) que contempla: (a) as propostas de trabalho, quanto ao método de ensino e conteúdo programático, para as fases I e III do programa; e (b) a análise estatística utilizada e os resultados das avaliações realizadas antes do treinamento (marco zero) e logo após o treinamento (marco final) para as turmas de 2003 e 2004 das fases I e 2005 da fase III e os resultados da avaliação de um ano após o treinamento (após 1 ano) para as turmas de 2003 da fase I do programa.

2. METODOLOGIA

2.1. MÉTODO DE AVALIAÇÃO UTILIZADO NA FASE 1 DO PROGRAMA

a) Definição dos critérios e objetivos da avaliação do programa

O foco da avaliação foi a eficácia do Programa Empreendedor Rural - PER. Assumi-se que a eficácia do Programa, o qual é estruturado para desenvolver habilidades empreendedoras nos participantes, se manifesta por meio da realização de



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



negócios. O principal instrumento para a ação empreendedora, conforme o Programa, é a elaboração do projeto individual o qual norteia a criação, modificação, ampliação ou diversificação dos negócios dos participantes (próprios ou da família).

Um fator negativo do PER se manifestaria se os participantes concluíssem o treinamento e não mudassem seus comportamentos que enfatizem o emprego (trabalho em empresas de terceiros ou mesmo na empresa familiar) como única estratégia individual de atividade ocupacional. A eficácia na implantação dos projetos depende de outras iniciativas após os treinamentos, tais como os diversos cursos de tecnologias agrícolas oferecidos pelo SENAR e SEBRAE. Depende também de fatores sócio-econômicos, do mercado, da disponibilidade de crédito etc. Nenhum destes fatores, isoladamente, é limitante para a ação empreendedora. Por isto, esperava-se, como hipótese, que os avanços rumo ao empreendedorismo rural se manifestassem em diferentes graus de realizações, tal como ocorreu no primeiro ano após o término do PER-I, realizado no segundo semestre de 2003.

Considerando-se os pressupostos acima, foram definidos os seguintes objetivos da avaliação: (a) conhecer os aspectos sócio-econômicos dos alunos; (b) avaliar as habilidades empreendedoras inicial e após treinamento; (c) medir as performances empreendedoras inicial e após treinamento; e (d) analisar os fatores condicionantes do empreendedorismo rural. Estes objetivos foram alcançados no PER-I, como mostra este relatório.

A avaliação do programa foi planejada para coletar informações em três fases distintas: (1) início do programa (Marco Zero), (2) término do programa e (3) após um ano do término do programa.

No Marco Zero as informações foram coletadas com a aplicação de entrevistas usando questionário estruturado em amostra significativa dos participantes do programa, antes do início do mesmo. No levantamento de dados no término do programa usou-se questionário para auto-preenchimento com questões fechadas e questões abertas. O levantamento de dados realizado após um ano do término do treinamento foi realizado por meio de entrevista e de questionário estruturado. Tanto quanto possível, buscou-se manter nas amostras os mesmos indivíduos em todas as fases da avaliação, isto garantiu uma alta representatividade das amostras em relação à população do PER-I.

b) Elaboração dos questionários

Para atingir os objetivos da avaliação, primeiramente considerou-se o tamanho da população de indivíduos envolvidos (inscritos) no Programa PER-I, em um semestre, estimada em 2700 participantes. Por razões econômicas e de tempo disponível optou-se pela obtenção de informações (dados) por meio de amostragem estratificada por região e o uso do método de entrevista com questionário estruturado. Assim, calculou-se que uma amostra contendo 160 participantes é suficiente e necessária para se obter uma estimativa precisa dos perfis ocupacionais dos participantes do PER. Os questionários foram elaborados com o objetivo de conhecer as características sócio-econômicas dos participantes e suas habilidades e performances empreendedoras, considerando cada fase do programa.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Considera-se que a variável de maior importância para a avaliação do programa é a atividade ocupacional do participante dentro dos grupos: (i) trabalhador em empresa familiar; (ii) empregado de terceiros; (iii) possuidor de negócio próprio; e (iv) não exercer atividade geradora de renda. Isto, tanto em termos de atividade principal (a que gera maior renda) como de atividade secundária. Considera-se que o treinamento proporcionado pelo PER tenha um impacto diferenciado nestes grupos.

Fase inicial – Marco Zero. Nesta fase, o grupo que possuía negócios próprios foi estudado com maior detalhamento, para fornecerem as informações sobre as variáveis condicionantes do empreendedorismo rural. As relevâncias destas variáveis para o empreendedorismo rural foram estudadas na tese de CELLA (2002.). Em síntese, caracterizou-se o tipo de negócio, sua formação, as fontes de financiamento, as estratégias mercadológicas, as funções administrativas e os fatores condicionantes: legislação, economia, instituições e organizações de classe, família, tecnologia e atitudes empreendedoras. Finalmente, foram coletadas as informações demográficas e sócio-econômicas de todos os entrevistados: idade, sexo, estado civil, escolaridade fundamental (básico e médio) e técnica, escolaridade de membros da família, local de trabalho, migração, acesso a informação, associativismo, composição e variação da renda familiar. Estas variáveis são consideradas explicativas do comportamento empreendedor. Todos os questionários foram organizados considerando:

- Uma introdução com explicação ao entrevistado sobre os propósitos da entrevista, esclarecendo que as respostas são confidenciais e explicando as instruções necessárias para responder as questões;
- As questões deveriam ser simples e curtas;
- Um intervalo médio de 1 hora para cada entrevista;
- Quando as questões são fechadas e com múltipla escolha, deve ter alternativas do tipo “não sabe”, “não se aplica” ou “outra”;
- As questões deveriam ser agrupadas por assuntos relacionados;
- Questões mais sensíveis seriam localizadas no final do questionário;
- A validação das respostas seria checada por questões de controle.

c) Amostragem dos participantes

A amostragem dos participantes, realizada na fase inicial, foi estratificada por regionais administrativas do SENAR-PR, conforme Figura 1 e Tabela 1. A quantidade de Cursos amostrada foi proporcional à quantidade de municípios com turmas programadas, conforme lista fornecida pelo SENAR-PR, totalizando 20 turmas amostradas. Para cada turma foram sorteados 8 participantes para serem entrevistados, totalizando uma amostra com 160 participantes. Assim, considerando respostas do tipo sim ou não, desvio padrão de 5%, o tamanho da amostra seria igual a 100. Portanto, a amostra de 160 é adequada para desvio padrão menor ou igual a 4%.

d) Teste dos questionários

Os testes dos questionários foram realizados no município de Balsa Nova (marco zero e após um ano) para verificar a existência de dificuldades na obtenção de respostas e para treinamento dos entrevistadores. Antes de iniciar o teste, os entrevistadores foram



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



treinados, recebendo informações sobre o programa, as instituições participantes e sobre cada item do questionário. Receberam também instruções sobre a conduta a ser adotada durante as entrevistas. Após o teste, verificou-se a necessidade de pequenas correções ortográficas no texto. Como os resultados obtidos no teste em Balsa Nova foram aproveitados, os entrevistados neste município passaram a representar a Regional Leste.

e) Entrevistas dos participantes selecionados

As entrevistas dos participantes amostrados, fase inicial, Marco Zero, ocorreram no período de 7 a 12 de agosto de 2003. O treinamento (aulas do Programa Empreendedor Rural) iniciou-se em 18 de agosto de 2003 e encerrou-se em novembro de 2003. Os participantes foram convidados a comparecerem nas sedes dos sindicatos locais, atendendo prontamente ao chamamento do SENAR-PR. Devido à impossibilidade de reunir os participantes nos dias programados, 3 municípios, inicialmente sorteados, foram substituídos por municípios vizinhos, mantendo a representatividade das regionais, conforme critério previamente definido.

Na fase após um ano do término do treinamento as entrevistas foram realizadas no período de 24 a 28 de janeiro de 2005. Foram convidados a participarem da entrevista todos os indivíduos que responderam os questionários Marco Zero e/ou o questionário de final de treinamento, totalizando 338 convidados, dos quais compareceram 108.

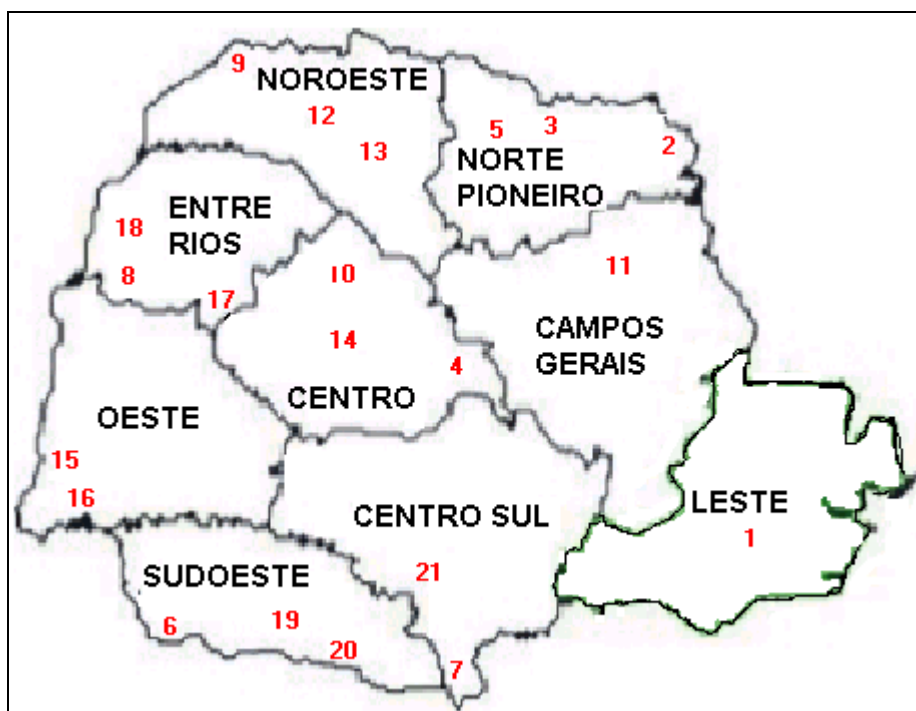


Figura 1. Mapa com os municípios da amostra e as respectivas regionais administrativas do SENAR-PR. Os números referem-se aos municípios amostrados.

f) Tabulação dos questionários e análises estatísticas

As respostas, de cada entrevistado, anotadas nos questionários, foram tabuladas em planilha eletrônica, para facilitar o uso de softwares estatísticos. Neste processo,



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



também se efetuou a validação das respostas, analisando as questões de controle. Não houve necessidade de anular questionários. Desta forma, a amostra útil final, da fase Marco zero, é de 167 participantes. Um questionário da fase após um ano foi anulado por se tratar de participante da segunda turma do PER. Basicamente neste relatório aplicou-se métodos de estatística descritiva, teste de qui-quadrado, apresentação gráfica de dados e a técnica de “data mining”. Após a obtenção de resultados das turmas seguintes do PER, poderão ser usadas outras ferramentas estatísticas para fins de inferências e conclusões gerais. O nível de significância adotado (5%) implica que em cada 100 amostras iguais as usadas no PER-I, em 95 delas obteríamos valores das médias das variáveis dentro do limite de 95% de confiança.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Tabela 1. Relação dos municípios amostrados, com as quantidades de entrevistados em cada fase da avaliação do Programa PER I.

Município	Regional – SENAR-PR	Quantidade de Entrevistados, nas fases de avaliação.		
		Início	Término	Após um ano
1- Balsa Nova	LESTE	7	8	3
2- Ribeirão Claro	Norte Pioneiro	8	8	10
3- Cornélio Procópio	Norte Pioneiro	8	2	4
4- Ivaiporã	Centro	8	8	6
5- Londrina	Norte Pioneiro	8	8	2
6- Barracão	Sudoeste	8	11	7
7- General Carneiro	Centro Sul	8	9	4
8- Iporã	Entre Rios	8	10	8
9- Nova Londrina	Noroeste	8	8	3
10- Campo Mourão	Centro	8	8	5
11- Ibaiti	Campos Gerais	8	9	6
12- Paranavai	Noroeste	8	7	5
13- Maringá	Noroeste	8	8	3
14- Nova Cantu	Centro	8	8	5
15- Missal	Oeste	8	9	3
16- Medianeira	Oeste	8	9	11
17- Goioere	Entre Rios	8	8	4
18- Pérola	Entre Rios	8	9	5
19- Coronel Vivida	Sudoeste	8	8	6
20- Clevelândia	Sudoeste	8	8	5
21- Pinhão	Centro Sul	8	8	3
		167	171	108

3.2.2. MÉTODO DE AVALIAÇÃO UTILIZADO NA FASE 3 DO PROGRAMA

O objetivo da avaliação foi comparar os resultados obtidos no Marco Zero e no Marco Final da Fase III do PER. Portanto, as respostas ao questionário no Marco Zero foram sistematicamente comparadas com as respostas ao questionário no Marco Final. No Marco Zero, foram entrevistados 699 participantes e no Marco Final 287 participantes, proporcionando amostras com tamanho suficientemente grande para representar a população que participou da Fase III do PER.

As questões foram elaboradas em escala Likert (ou próxima), as quais possibilitam tanto a análise paramétrica (também suportadas pelo tamanho grande das amostras, conforme estabelece o Teorema do Limite Central) como a análise não-paramétrica dos dados. Aqui, para caracterizar as respostas de modo geral, preferimos usar a análise descritiva contendo: quantidade de questionários válidos (N); quantidade de questionários inválidos ou respostas “Não sei” (N*); as medidas de tendência central (Média e Mediana); as medidas de dispersão (Desvio Padrão e IQR, amplitude inter-



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



quartílica); os valores Mínimo e Máximo e as separatrizes (Q1, primeiro quartil e Q3, terceiro quartil). Apresentamos as porcentagens de participantes que responderam cada alternativa de resposta para cada Questão. O teste do Qui-quadrado, a 5% de significância foi adotado para comparar as respostas entre os Marco Zero e Marco Final. O teste Qui-quadrado foi aplicado em tabelas de contingência contendo as proporções de participantes para cada resposta alternativa, dentro da escala de avaliação, não incluindo respostas “nulas” e do tipo “não sei”. Tanto quanto possível, foram criados Índices para melhor caracterizar as variáveis diretamente associadas com o Capital Social e que têm suporte teórico de nosso conhecimento. Foi incluído também, para as principais variáveis, gráficos contendo: histograma, curva normal e boxplot. Outros gráficos foram incluídos para melhorar a visualização das informações contidas nas tabelas com estatísticas descritivas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. A FASE I DO PROGRAMA EMPREENDEDOR RURAL

No meio rural a demanda por funcionários está caindo e a demanda por parceiros está aumentando. Os parceiros precisam ter características empreendedoras ou empresariais mais desenvolvidas. Por isso a importância de serem formados mais empreendedores no meio rural. Com este objetivo principal foi desenvolvido a Fase I do Programa Empreendedor Rural. Assim, essa fase do programa foi estruturada para que trabalhadores e produtores rurais desenvolvessem habilidades empreendedoras, as quais se concretizam por meio da realização de negócios. O principal instrumento para a ação empreendedora, conforme o Programa, é a elaboração do projeto de investimento o qual norteia a criação, modificação, ampliação ou diversificação dos negócios dos participantes (próprios ou da família).

3.1.1. SÍNTESE DO PROGRAMA – FASE I

Visando aumentar os estoques de capital humano no agronegócio do Estado, foi proposto que a elaboração e implantação de projetos de investimento de capital fosse o eixo de aprendizagem na fase I do programa. Esperava-se que o projeto de cada participante deveria funcionar como elemento motivador ou problematizador no processo de desenvolvimento das competências que se queria produzir no público alvo. Um projeto tem quatro fases: a primeira é o diagnóstico (ou inventário) da empresa/instituição. Nesta fase, são descritos os estoques dos capitais – físico, financeiro, natural, humano e social - sob os quais a instituição tem controle. Ainda nesta fase deve ser analisada a contribuição de cada atividade atualmente desenvolvida para os objetivos da empresa/instituição bem como sua viabilidade de longo prazo. A segunda fase é o estudo de mercado, na qual são estudados tanto os mercados dos produtos quanto dos insumos necessários ao processo produtivo da instituição. Serve para explicitar o nicho de mercado que deverá ser atendido e para determinar que qualidades e quantidades que poderão ser produzidas para atendê-lo. A terceira fase é a engenharia do projeto, na qual são descritas e apresentadas as tecnologias escolhidas e

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

seus cronogramas de uso e produção. Esta fase termina com um quadro consolidado das entradas e saídas previstas no horizonte temporal julgado conveniente e as respectivas receitas líquidas; a última fase da elaboração do projeto corresponde às análises econômica, financeira, ambiental, social e política pelas quais todo projeto deve passar para ter sua implementação iniciada.

Os conteúdos programáticos dos módulos também foram definidos conforme as fases de elaboração e análise do projeto pelo participante. Durante a primeira fase do projeto, que é o diagnóstico, foram estruturados 4 módulos conforme indicado no Quadro 1. Na segunda fase (estudo de mercado) outros 4 módulos foram estruturados. Na terceira fase (engenharia do projeto) outros 2 módulos e na quarta fase (avaliações) os 2 módulos finais.

Quadro 1 - Cronograma de realização dos módulos conforme as fases do projeto, com indicação de carga horária e entidade a que pertence o instrutor.

FASE DO PROJETO	Módulos (disciplinas)	Carga Horária	Origem do Instrutor
Diagnóstico	1. Especificidades do setor agropecuário	8 horas	SENAR
Diagnóstico	2. Instituições da agropecuária	8 horas	SENAR
Diagnóstico	3. Empreendedorismo e liderança	16 horas	SEBRAE
Diagnóstico	4. Planejamento estratégico e operacional	8 horas	SENAR
Estudo de mercado	5. Globalização e política agrícola	8 horas	SENAR
Estudo de mercado	6. Cadeias agroindustriais	8 horas	SENAR
Estudo de mercado	7. Estratégias de comercialização e de financiamento da produção	8 horas	SENAR
Estudo de mercado	8. Associativismo e liderança	16 horas	SEBRAE
Engenharia do projeto	9. Gestão ambiental e a Matriz da Estrutura Lógica	8 horas	SENAR
Engenharia do projeto	10. Orçamentação e fluxos de caixa	8 horas	SENAR
Avaliações do projeto	11. Matemática financeira e análise de investimento	8 horas	SENAR
Avaliações do projeto	12. Comunicação, poder e liderança	16 horas	SEBRAE

Pedagogicamente, pôde-se perceber diversas vantagens no uso do projeto como o eixo de aprendizagem: (a) o papel motivador e problematizador associados ao desenho e implantação de projetos realistas; (b) a existência de dúvidas concretas e sua discussão em classe; (c) a participação ativa do aluno, em vez de sua tradicional atitude de



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



recebedor passivo de informações; (d) a existência de uma forma objetiva de avaliar os ganhos de competência (conhecimentos, habilidades e atitudes) dos alunos, já que os três componentes podem ser analisados por meio do desenho e implantação de projetos; e, finalmente, (e) a necessidade de se ter um caráter pragmático no desenvolvimento de competências empreendedoras nas pessoas, já que os processos científico/pedagógicos de desenvolvimento dessas competências são pouco conhecidos o que explica a grande preferência das escolas de administração por usarem estudos de casos em vez de aprofundamentos teóricos na formação empreendedora. Desta forma, entendeu-se que a melhor maneira de desenvolver o empreendedorismo seria praticando e analisando experiências empreendedoras.

3.1.2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA FASE 1 DO PROGRAMA

A avaliação da fase I do Programa Empreendedor Rural foi realizada em três etapas: (A) Marco Zero antes do início dos treinamentos, para conhecer o perfil empreendedor dos iniciantes; (B) Final do treinamento, para conhecer as reações, o aprendizado e o comportamento empreendedor proporcionado pelo treinamento; e (C) Após um ano do término do treinamento, para dimensionar a eficácia do PER-I em termos de desenvolvimento do empreendedorismo rural.

No Marco Zero identificou-se um público heterogêneo em termos de gênero, idade, estado civil, escolaridade do participante e de seus familiares e participação em cursos de extensão, as quais são variáveis importantes para explicar os diferentes graus de desenvolvimento do empreendedorismo. Em termos de atividades ocupacionais destacaram-se 4 grupos: (A) os que possuíam negócios próprios; (B) os que eram empregados de empresas familiares; (C) os que eram empregados de terceiros; (D) Estudantes e Desempregados. Não obstante ao elevado capital humano (49% com nível universitário), as características empreendedoras dos iniciantes, de modo geral, estavam pouco desenvolvidas: como indicavam as fontes de informações como os bate-papos; não ser sócio de organizações rurais; grande quantidade de trabalhadores em empresas familiares; negócio próprio era continuação do negócio da família; o crédito bancário e o crédito rural eram poucos usados; conheciam as boas práticas gerenciais, mas alguns entrevistados responderam que “preferem fazer o planejamento mentalmente e não por escrito” e que “não têm o hábito de fazer análises financeiras”; acreditavam que a legislação tributária tenha pouca importância para o seu negócio, entre outras.

No Final do Treinamento verificou-se que as reações ao treinamento foram ótimas: os conteúdos do treinamento foram transmitidos com clareza (para 88% dos participantes); a organização da infra-estrutura local recebeu notas iguais ou maiores de 7,0 (89% dos participantes); o material didático distribuído aos participantes recebeu notas iguais ou maiores de 7,0 (96 % dos participantes). Dos participantes entrevistados 84% atribuíram notas iguais ou maiores de 7,0 para a consecução dos objetivos do treinamento Estas reações ao treinamento foram extremamente positivas e explicam porque 95% dos entrevistados consideraram que o Programa é importante para os seus negócios e que 96% deles responderam que recomendariam para os colegas o Programa Empreendedor Rural com nota igual ou maior de 7,0, sendo que 99 deles (56% dos



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



entrevistados) recomendariam o programa com a nota 10! A avaliação provou que houve o aprendizado na elaboração de projetos de investimento, sendo que parte dos projetos se referiam à novos negócios próprios (28%); parte sobre modificações parciais em negócios da família (35,7%); outros de interesse de uma sociedade (8,8%) e 28,1% dos participantes realizaram as ações práticas do PER elaborando projetos de interesse de colegas de turma. Após o treinamento houve melhoria no entendimento das legislações tributária e trabalhista, os participantes passaram a atribuir maior importância aos fatores econômicos para os seus negócios. As escolhas dos negócios tiveram como base o diagnóstico da empresa, o estudo de mercado e a avaliação financeira que são componentes do projeto de investimento proposto pelo PER. O comportamento empreendedor se manifesta (a) pelo tempo a ser dedicado na implantação dos projetos (apenas 12,9 % dos participantes dedicará menos de 10 horas por semana); (b) pela busca pela diversificação nas atividades; (c) pela prioridade atribuída aos objetivos econômicos e comerciais dos projetos; (d) esperava-se aumentar o emprego de terceiros em 56,7% dos projetos, isto indica que a propriedade familiar está adotando um estilo mais empresarial; (e) pela inovação nos negócios que está presente em 90 % dos projetos. As principais inovações deverão acontecer na reorganização administrativa, nos sistemas de produção e nas relações mercadológicas. (F) e o comportamento empreendedor dos participantes também se manifesta pelas outras atividades previstas são busca de assistência técnica externa, investimentos em máquinas e equipamentos e outras mercadológicas. O capital próprio é a principal fonte de financiamento para executar os projetos em 91% dos casos, representando 57,2% do financiamento necessário. Em relação ao perfil inicial do treinamento houve aumento na participação dos financiamentos bancários e de crédito rural, o que mostra o comportamento empreendedor, na elaboração do projeto.

Avaliação após um ano do término do PER-I foi realizada com o objetivo de se mensurar a eficácia do programa. Os resultados mostram que o PER foi eficaz no desenvolvimento de atividades empreendedoras, em níveis significativos, nos participantes: independentemente da idade; do estado civil; da escolaridade dos participantes e dos seus familiares (pais e mães com baixo nível de escolaridade passaram a acolher mais os negócios próprios dos filhos); e igualando as possibilidades de imigrantes e nativos terem os negócios próprios. De modo geral, a literatura mostra que na sociedade brasileira, e o mesmo ocorreu na amostra marco zero do PER, que estas variáveis influenciam na ocorrência de negócios próprios em diferentes níveis por extrato da população. Após um ano do PER estas diferenças deixaram de ser significativas, comprovando a eficácia do PER na formação de empreendedores rurais.

O gênero masculino foi mais beneficiado em termos criação de atividades de negócios próprios. Os recém formados, após 2000, tiveram maior facilidade de desenvolverem negócios próprios, após o PER-I. Isto implica existem fatores exógenos afetando PER, a significância estatística das diferenças encontradas justificam um “PER-Mulher” e um “PER-Recém Formado”, com o objetivo de aumenta a sua eficácia (as avaliações dos PER seguintes poderão confirmar ou não esta tendência, já que houve alguns ajustes no PER, com as experiências adquiridas no PER-I).

Calcula-se que 14,2% dos participantes do PER-I criaram os negócios próprios, em apenas um ano após o término do programa. A quantidade de “empregados de



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



empresa familiar” diminuiu em 41,0 % do “marco zero” para “após um ano”, este foi o grupo mais eficaz na aplicação dos projetos elaborados no PER-I. As ocupações secundárias aumentaram de 33% para 60% após um ano do término do PER-I mostrando o potencial de aumentar a quantidade de negócios próprios como ocupação principal (a que gera mais renda) nos próximos anos. Comprovou-se a importância do projeto de investimento como um veículo de diálogo na família, possibilitando que filhos e esposas passem a ter negócios próprios dentro da empresa familiar, ou pelo menos a participarem das decisões relevantes da empresa. O PER-I provocou mudanças em 58,5% das famílias em termos de distribuição de responsabilidades nos negócios entre os membros da família.

O PER-I contribuiu na formação de empreendedores aumentando a relevância da informação para os participantes. O PER-I também melhorou o capital social dos participantes. As cooperativas passaram a fornecer insumos para 57,8% (antes do PER-I era 30%) envolvendo em média 71% (antes era 63%) das compras, e ainda, todos (sic!) os participantes passaram a fazer alguma compra na cooperativa. Na venda das produções as cooperativas tinham, no marco zero, a preferência de 36,4% dos participantes com 74% de suas produções sendo vendidas para as cooperativas. O PER-I modificou este quadro, as cooperativas passaram a serem preferidas por 44,7% dos participantes vendendo 79% das suas produções. A renda total da família aumentou em média de 29% para 70,3% dos participantes.

Os valores de R\$ 2.160.260,00 em investimentos e R\$ 515.630,00 em custos foram gastos nos negócios como resultados dos projetos elaborados no PER-I, por 108 entrevistados após um ano do término do programa. Com isto gerou-se a receita bruta de R\$ 3.073.530,00; criou-se 54 empregos fixos; alocou 50 empregos para familiares e criou 246 empregos temporários, no primeiro ano após o término do programa. Extrapolando estes dados para 2700 participantes inscritos no início do programa, o valor investido no PER-I pelo SENAR-PR, na ordem de R\$ 1.200.000,00 tem um retorno estimado de 2 anos e 4 meses em termos de contribuição ao SENAR proporcionada pelas atividades projetadas pelos participantes do PER-I. Em média, houve aproximadamente uma (exatamente 0,93) ação ambiental voluntária executada com recursos próprios, por participante, o que também mostra a grande contribuição do PER-I para a conservação do capital natural.

3.2. A FASE III DO PROGRAMA EMPREENDEDOR RURAL

3.2.1. SÍNTESE DO PROGRAMA – FASE III

O programa da Fase III tem a mesma base estrutural do Programa Empreendedor Rural (Fase I), ou seja, a elaboração de um projeto, mas neste caso, necessariamente de cunho associativo (PERES et al, 2005). Os módulos foram definidos e estão organizados no tempo de maneira a atender as necessidades dos participantes ao longo do desenvolvimento do projeto em suas diversas fases: diagnóstico, estudo de mercado, engenharia do projeto e avaliações. Serão 12 módulos, sendo 10 módulos de conteúdo técnico e 02 módulos de conteúdo comportamental (Quadros 2 e 3).

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural**QUADRO 2 - MÓDULOS DE CONTEÚDO COMPORTAMENTAL DA FASE III DO PER**

Enfoque principal do módulo	Tema do Módulo
Comportamento	Liderança e o papel do líder rural.
Comportamento	Habilidades do líder rural: visão, comunicação e mobilização de grupos.

QUADRO 3 - MÓDULOS DE CONTEÚDO TÉCNICO DA FASE III DO PER

Enfoque principal do módulo	Tema do Módulo
Técnico	Projetos de lideranças associativas: conceitos e aplicações.
Técnico	Organização social, poder e participação política.
Técnico	Cenário das estruturas públicas brasileiras.
Técnico	Política fiscal e monetária
Técnico	Comércio internacional e política cambial
Técnico	Economia de escala e poder de mercado no agronegócio.
Técnico	Associativismo rural.
Técnico	Desenvolvimento econômico e o papel do estado.
Técnico	Elaboração e avaliação de projetos associativos.
Técnico	Negociação e parcerias estratégicas no agronegócio.

O eixo fundamental do programa foi a elaboração individual pelo participante de um projeto de ação associativa ou de intervenção na sua comunidade. O projeto deve ser preparado por participantes que deverão ser atuantes na Fase II o que garante a participação grupal do participante em programas de interesse da sua comunidade. Os participantes se reúnem num determinado dia da semana e ficam livres nas duas próximas semanas para trabalharem no desenvolvimento de seus projetos. Além da elaboração e implantação do projeto de ação associativa de cada participante, o programa tem módulos de trabalho nos quais serão desenvolvidos dois tipos básicos de atividades: (i) dez módulos de conteúdo técnico - sendo 9 módulos de 8 horas cada, presenciais e com a participação de facilitadores/instrutores do Senar e 1 módulo de 16 horas com a participação de uma dupla de facilitadores/instrutores do Senar e Sebrae e; (ii) dois módulos de conteúdo comportamental, presenciais, com dois dias de duração (16 horas) cada, com a participação de facilitadores/instrutores em desenvolvimento de lideranças indicados pelo Sebrae. Nos módulos de conteúdo técnico as atividades incluem a projeção de vídeos pré-editados. Os vídeos contêm conferências de especialistas convidados para cada um dos temas abordados no programa. Essas conferências foram decodificadas (análise de seu conteúdo e do discurso do especialista) por consultores do programa a fim de que o instrutor/facilitador e os participantes pudessem melhor compreender e assimilar os assuntos abordados pelo especialista. Além destes materiais didáticos para os facilitadores/instrutores e participantes, os coordenadores também prepararam um roteiro de atividades e dinâmicas (plano de aula) a serem seguidas em cada módulo. Com três semanas por



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



módulo – uma com classe e duas sem – o programa tem a duração de aproximadamente 36 semanas se considerados alguns intervalos para o treinamento dos instrutores e facilitadores. É preciso ter em mente que durante estas 36 semanas os participantes estão, também, participando ativamente das reuniões dos grupos da Fase II do PER. De fato, sua participação simultânea nas duas fases garante emprestar um elemento dinamizador à Fase II do programa. Os quadros 2 e 3 relacionam os 12 módulos do Programa.

3.2.2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA – FASE III

O objetivo da avaliação foi comparar os resultados obtidos junto aos participantes no Marco Zero e no Marco Final da Fase III do PER – Programa Empreendedor Rural. Portanto, as respostas ao questionário no Marco Zero foram sistematicamente comparadas com as respostas ao questionário no Marco Final. Também foram explicadas as relações das variáveis que representam o Capital Social com os estágios de desenvolvimento dos Projetos de Investimento de capital de cada um dos participantes. No Marco Zero foram entrevistados 699 participantes e no Marco Final 287 participantes, amostras com tamanhos suficientemente grandes para representarem a população que participou da Fase III do PER permitindo traçar a trajetória da formação de lideranças com enfoque em Capital Social percorrida pelos participantes.

A confiança institucional é um indicador muito relevante não só porque permite aferir o nível de estabilidade – ou estado da ordem – das sociedades, mas também permite averiguar as condições de sustentabilidade e legitimidade das suas instituições. Os participantes da Fase III manifestaram mais confiança nas Igrejas, nos Sindicatos e nas Universidades e Instituições de Pesquisa; e menos confiança no Governo Federal, no Partidos Políticos, no Legislativo Federal e no MST. Houve decréscimo significativo na confiança dos participantes, entre o Marco Zero e o Marco Final para as seguintes instituições: Governo Federal, Serviços Públicos, Judiciário, Governos Municipal e Estadual, Partidos Políticos, Imprensa, Movimento Ecológico e Forças Armadas. Para as demais instituições não houve mudanças significativas. Este decréscimo se justifica pela melhora da análise crítica do participante ao identificar instituições que pouco contribuem com a situação prática da elaboração dos projetos de investimentos de capitais associativos, indicando uma melhora na qualidade do Capital Social percebido pelo participante.

A confiança interpessoal também apresentou redução significativa entre os Marcos Zero e Final, principalmente aquela confiança relacionada à natureza humana (confiança generalizada) e às redes sociais (confiança na rede), mas não houve diferença significativa na “confiança relacional”, que é aquela voltada para pessoas específicas ou “conhecidas”. A redução na confiança interpessoal entre os Marcos Zero e Final, pode ser explicada em parte pela tendência inicial das pessoas em superestimar o Capital Social e após trabalharem em ações associativas perceberem que o estoque de capital social não era tão elevado quando pensavam.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



No Marco Final do treinamento, aumentou significativamente a quantidade de participantes que manifestaram a convicção de que, no Brasil, os “Grandes interesses de poucos” estão mais presentes do que os benefícios de “Toda a População”. Em termos de Moralidade Cívica e de Moralidade Interpessoal manifestadas pelos participantes, os seus índices foram estatisticamente iguais no Marco Zero e Marco Final. Houve uma condenação geral, e significativa, das ações declaradas nas frases que indicam transgressão dos conceitos de Moralidade, independentemente da época de amostragem consideradas (Marco Zero e Marco Final).

A tendência geral dos participantes entrevistados no Marco Zero era de não participar das organizações, exceto das Igrejas, que têm alto índice de participação. No Marco Final, houve mudanças nas participações em organizações, em especial, aumentou a participação nos sindicatos. Segundo Putnam (2000), “o funcionamento das instituições democráticas está condicionado à existência de uma sociedade civil ativa e vibrante”. Os resultados da pesquisa mostram que houve um aumento na participação ativa em organizações por parte dos entrevistados, quando se comparam as respostas do Marco Zero e do Marco Final (Fase III do PER). Os perfis das organizações que apresentam maiores participações estão diretamente relacionados com as atividades dos participantes (Organização religiosa, Organização de trabalho ou sindicato, Organização de Movimento Ecológico, Associação profissional e Organização Voluntária).

A existência de conversa ou diálogo entre amigos, sobre o tema político, é uma demonstração do exercício democrático que sustenta as redes sociais, por ser um instrumento de troca de informações entre as pessoas. Essa troca de informações sobre política melhora o processo de avaliações políticas das pessoas e, eventualmente, geram compromissos e acordos entre as pessoas que participam da conversa. A conversa envolve o falar e o escutar e, assim, se fortalecem as relações de confiança entre eles, isto é a base do Capital Social. Os resultados mostram o aumento significativo na quantidade de participantes que conversam sobre política frequentemente, passando de 28,76 % no Marco Zero para 44,60 % no Marco Final. Também aumentou significativamente o interesse por política. No Marco Zero 24,46 % dos entrevistados tinham “muito interesse” e no Marco Final essa porcentagem passou para 34,49%. No Marco Zero os entrevistados admitiram que já “assinaram um abaixo-assinado”, que têm tendências a participar de “boicotes” e “passeatas”, mas, que nunca participariam de “greve ilegal” e de “ocupação de edifícios ou fábricas”. No Marco Final mantiveram os mesmos tipos de respostas, com exceção do fato de passarem a admitir que já participaram de “passeatas/manifestações legalmente autorizadas”. Essa mudança, causada pela Fase III do PER, é estatisticamente significativa.

A corrupção diminui os estoques de Capital Social. A tendência geral dos participantes da Fase III do PER foi de identificar a existência de corrupção na administração pública no Marco Zero e de aumentar, significativamente, essa tendência no Marco Final. Este resultado, no entanto, pode estar influenciado pelas apurações de corrupção presentemente apontadas na imprensa.

Na pesquisa, os participantes escolheram entre dois valores: o primeiro associado ao Trabalho que provê o acesso aos recursos que satisfazem as necessidades humanas básicas e o segundo o Lazer que revela preocupação individual com a qualidade de vida. Quanto mais desenvolvida for a sociedade mais se evidência valores



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



similares ao proporcionado pelo Lazer. A tendência geral dos participantes da Fase III do PER foi de valorizarem mais a frase "É o trabalho e não o lazer que mais faz a vida valer a pena". Isto ocorreu em ambas amostragens (Marco Zero e Marco Final), porém houve um aumento na quantidade de participantes que valorizam mais o Lazer, passando de 2,72% no Marco Zero para 7,67% no Marco Final.

Os resultados mostram que houve mudanças significativas na ordem dos fatores de maior importância na procura por emprego, entre o Marco Zero e o Marco Final. Como de primeira importância o fator mudou de "auto-realização" para "estabilidade" e de segunda importância manteve-se o fator "salário". Mas, houve também mudanças nas 3^{as} e 4^{as} colocações. Os aspectos menos desejados no trabalho foram: "Não ter muita pressão", "Bom horário de trabalho" e "Um trabalho com bastante tempo de férias e descanso", tanto no Marco Zero como no Marco Final. Houve mudanças nos desejos dos participantes de terem determinados aspectos relacionados ao trabalho, entre o Marco Zero e o Marco Final. Assim os seguintes aspectos tiveram os desejos diminuídos: "Ganhar bem"; "Bom horário de trabalho"; "Um trabalho onde se pode ter iniciativa"; "Um trabalho onde se pode realizar alguma coisa"; e "Um trabalho interessante". Todas essas mudanças foram estatisticamente significativas. Uma possível explicação para esta diminuição pode ser um eventual aumento percentual na perspectiva empresarial (empreendedora) dos participantes com uma redução na perspectiva de trabalhador (funcionário). Ou, ainda, uma parte importante dos participantes que tinha características de funcionários pode ter abandonado o programa e, portanto, tenha permanecido uma maior percentagem daqueles que têm mais características empresariais ou empreendedoras.

A tendência geral dos participantes da Fase III do PER foi de acharem "justo" não haver equiparação salarial, no caso apresentado (pessoa mais eficiente), e isto ocorreu em ambas amostragens (Marco Zero e Marco Final). A maior parte dos participantes (85,41% no Marco Zero e 82,23% no Marco Final, essas porcentagens são estatisticamente iguais) foi favorável à diferenciação de salários, quando há diferenças na produtividade, na mesma função. Tanto no Marco Zero como no Marco Final, os entrevistados tendem a aceitar mais as frases: "A renda deve ter diferenças como incentivo ao esforço individual"; e "As pessoas precisam se responsabilizar mais para garantir seu próprio sustento".

Os participantes ficam no meio termo de suas preferências entre as frases: "As empresas privadas é que devem produzir numa economia" e "A propriedade das empresas e dos negócios pelo Governo precisa aumentar". Os participantes da Fase III do PER identificam que no Brasil "as pessoas têm poucas chances de mudar de classe social". Isto ocorreu em ambas amostragens (Marco Zero e Marco Final). Também se identificam como tendo "muita liberdade de escolha", em relação à situação "de nenhuma liberdade ou controle de suas vidas", havendo, no entanto, uma diminuição de participantes com esta opinião no Marco Final.

De modo geral, os participantes tiveram durante o último ano, uma boa situação financeira, e isto ocorreu em ambas amostragens (Marco Zero e Marco Final). Houve aumento significativo de consumo utilizando-se de reservas e de empréstimos para os entrevistados no Marco Final, em relação ao Marco Zero, o que corrobora com a atual



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



redução de renda do setor rural e com a melhoria de percepção dos participantes sobre situação econômica e financeira de seus empreendimentos.

Os participantes da Fase III do PER, de modo geral, classificam seus estados de saúde como Bom, e isto ocorreu em ambas amostragens (No Marco Zero 86,4% responderam Muito bem e Bem e no Marco Final foram 80,1%). As diferenças nos estados de saúde entre os Marco Zero e Marco Final foram significativas. Portanto, não houve restrições financeiras ou de saúde para os participantes frequentarem os treinamentos e poderem se dedicar aos projetos de investimento associativos.

Os entrevistados no Marco Zero reconhecem algumas vantagens da democracia, pois a maioria (57,94% dos participantes) discorda pelo menos em parte que “as democracias não são boas para manter a ordem” e 78,97% concordam, pelo menos em parte, que “a democracia é melhor que outro sistema”. Os entrevistados também apontaram no Marco Zero algumas desvantagens da democracia, pois a maioria dos participantes (68,38%) concorda pelo menos em parte que “na democracia se discute muito e se decide pouco” e ainda 57,65% deles concordam pelo menos em parte, que “na democracia o sistema econômico do país funciona mal”. Após a Fase III do PER houve mudanças significativas nas opiniões. No Marco Final aumentou para 61,67% os participantes que concordam pelo menos em parte que “na democracia o sistema econômico do país funciona mal”; e diminuiu para 73,87% a quantidade de participantes que concordam pelo menos em parte que “a democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de Governo”.

A Fase III do PER estimulou os participantes a elaborarem um projeto de investimento de interesse associativo. Nos encontros, os participantes receberam treinamento de liderança focado na construção do Capital Social. O Capital Social, ou melhor, o seu estoque, aumenta com a ampliação do relacionamento entre as pessoas. Obviamente os benefícios, ou influências, proporcionados pelo Capital Social dependem do nível do seu estoque entre os indivíduos. Assim, a própria elaboração do Projeto de Investimento e a sua conseqüente implementação dependem, entre outros fatores, do Capital Social disponível e da eficácia dos novos líderes na sua utilização em benefício do grupo.

Uma parte dos entrevistados (38,33%) fez projeto completo e uma pequena parte (4,53%) não fez nada, em termos de desenvolvimento de projetos. Os demais participantes estão no meio do caminho em termos de desenvolvimento do projeto.

Foram identificados 5 Grupos de participantes, classificados em função da etapa do desenvolvimento do Projeto de Investimento: Grupo 1 (Não fez nada.), Grupo 2 (Fez o diagnóstico.), Grupo 3 (Fez o diagnóstico e o estudo de mercado.), Grupo 4 (Fez o diagnóstico, o estudo de mercado e a engenharia do projeto.) e Grupo 5 (Fez o projeto completo.).

A pergunta geral que se faz é: Os Grupos diferem entre si quanto ao Capital Social? Se sim, podemos inferir que o estoque diferenciado de Capital Social, entre os Grupos, influencia também de forma diferenciada, a elaboração de projetos de investimentos associativos. Nas pesquisas, o Índice de Confiança Institucional mostra que aumentou a percepção crítica dos participantes da Fase III do PER, entre o Marco Zero e o Marco Final, e também, permite dimensionar o Capital Social associado com esta variável (Confiança), entre os participantes. Construir o Capital Social é um



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



processo lento. O que se pode fazer, em curto espaço de tempo, é agilizar o seu uso por meio do treinamento de liderança e tornar ativo o estoque de Capital Social existente, passando a usá-lo intensamente em benefício das comunidades. Neste processo, constrói-se mais Capital Social. É sabido, pelos especialistas, que o Capital Social não se gasta, que não diminui com o uso; ao contrário, quanto mais se usa o Capital Social mais se amplia o seu estoque. Este é o papel da liderança: fazer com que a comunidade use o seu estoque de Capital Social.

Existem comunidades com alto Capital Social, e com organizações verticalizadas, que podem ter efeitos negativos sobre a sociedade. Putnam (2000) exemplifica estes efeitos negativos com a máfia italiana. Talvez isto justifique porque os indivíduos que manifestam maior confiança no MST e nos Movimentos Ecológicos pertencerem ao Grupo 1, que nada fez em termos de Elaboração de Projetos. Os baixos níveis de confianças no Judiciário e no Legislativo também trilham o mesmo caminho, porém com motivações certamente diferentes do caso do MST e dos Movimentos Ecológicos (cujas participações são voluntárias). Por outro lado, a alta confiança nas Universidades e Instituições de Pesquisas Públicas ou Privadas está significativamente correlacionada positivamente com os melhores desempenhos na Elaboração de Projetos. A baixa confiança no Judiciário também apresenta correlação alta e significativa, porém negativa, com a Elaboração de Projetos.

O Índice de Participação Social mostra que a participação social é maior nas organizações: Igreja ou religiosas (68,6%) e nos Sindicatos ou organizações de trabalho (53,7%). A participação é menor nos Partidos Políticos ou na política. (23,5%). As análises estatísticas mostram que só existe correlação alta, positiva e significativa entre a Elaboração de Projetos e a participação em “Organização Voluntária”. Mas, a organização “Instituição de Caridade” está próxima da significância de 5% ($p = 0,054$, com Qui-quadrado = 15,286 e 8 graus de liberdade). Portanto, quanto mais se participa de Organizações Voluntárias, maior é a evolução da elaboração do projeto associativo; e quanto mais se participa de Instituições de Caridade maior é o estágio de elaboração do projeto associativo. Deve-se observar que a Organização Voluntária teve menos participação (IPS = 48,17) do que outras organizações. Portanto, o tipo de organização influenciou mais na Elaboração de Projetos do que a intensidade da participação.

Na comparação das respostas entre o Marco Zero e o Marco Final, observa-se que algumas variáveis apontam para a diminuição do Capital Social e outras apontam para o aumento do Capital Social. Esta é uma trajetória possível e esperada para participantes de Programas de Liderança com enfoque na “Construção” de Capital Social. É fácil de se explicar: no início do Programa os participantes atribuem altas avaliações para as variáveis que compõe o “seu” Capital Social, isto é a manifestação de uma expectativa, pois muitos participantes sequer usaram, até aquele momento do Marco Zero, na prática consciente os potenciais do seu Capital Social. Assim, superestimam o Capital Social disponível. No decorrer do treinamento, com mais informações e conhecedor de métodos de atuação (entre eles de Elaboração de Projetos de Investimento Associativos) o participante desenvolve uma idéia mais crítica sobre o “seu” Capital Social. Dessa forma, algumas organizações ou mesmo algumas pessoas que o participante pensava (ou desejava ou confiava) que fossem membros de sua rede



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



de relações ativas mostraram-se não operacionais, diante dos desafios propostos na Fase III do PER. Conseqüentemente, isto se reflete na avaliação do Marco Final.

Quando se avaliaram o Capital Social nas escalas individual e coletiva, muitos estudos mostraram a necessidade de se equilibrar, colocando contrapesos, entre a construção propriamente dita do Capital Social e a construção de uma ponte de ligação da rede social existente, ou seja, ampliar horizontalmente o Capital Social.

Uma trajetória possível da Fase III do PER é de que no início dos treinamentos existia uma expectativa de Capital Social elevado e no Marco Final, com a experiência na elaboração do projeto, identifica-se a parcela ativa, de melhor qualidade, do Capital Social e, portanto, há uma expansão horizontal do Capital Social (Figura 2). Assim, pelos resultados dos questionários chega-se à conclusão geral que houve mais a ampliação horizontal do Capital Social, do que a construção do Capital Social em si. Portanto, a Fase III e a Elaboração de Projetos de Investimento Associativos atuaram como pontes de ligação da rede social.

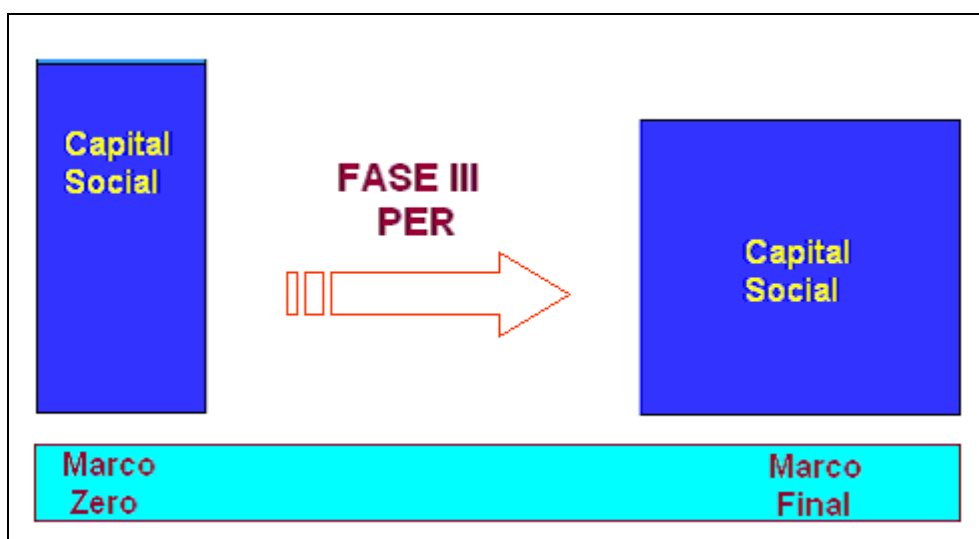


Figura 2. Representação gráfica da mudança de qualidade do Capital Social proporcionada pela Fase III do PER.

4. CONCLUSÃO

O uso de procedimentos estatísticos para avaliar programas de capacitação permite medir a eficácia e efetividade dos seus resultados e devem ser cada vez mais utilizados em programas educacionais. Poucas instituições lançam mão de avaliações dos efetivos resultados gerados por seus programas educacionais, muitas vezes limitando-se a indicadores como índices de frequência dos alunos e notas de aproveitamento. Programas como o Programa Empreendedor Rural se propõem a promover mudanças efetivas na vida dos participantes e sua eficácia não pode ser medida por estes instrumentos tradicionais. A pesquisa junto aos participantes após um ano do término de sua participação é fundamental para captar as mudanças que de fato ocorreram. Os resultados mostram que programa em suas fases I e III vem cumprindo



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



aos objetivos propostos em sua formulação, especialmente na fase I voltada ao empreendedorismo. Os resultados mostram ainda, que o processo de aprender fazendo é bastante adequado aos objetivos de aprendizagem do PER. Outro ponto forte para o aprendizado é que o participante elabora um projeto para si, para a sua propriedade ou empresa, e o ganho de conhecimento se mostrou significativamente maior para estes produtores do que para aqueles que fizeram projetos para a propriedade de outrem.

Quanto ao capital social, os resultados da pesquisa da Fase III, voltada para formação de lideranças rurais e ampliação dos estoques de capital social por trabalhar com projetos de investimento de cunho associativos, mostram que o aumento deste capital é um processo, e lento. O Programa contribuiu para melhorar os estoques de capitais dos indivíduos, agora mais cientes do quanto este capital é fundamental para a realização de qualquer empreendimento coletivo. No entanto aumentou a participação dos alunos do PER em instituições coletivas como cooperativas após o programa. Os módulos comportamentais se mostraram também importantes na consecução dos objetivos do PER.

5. REFERÊNCIAS

CELLA, D. Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural. Piracicaba, 2002. 147p. Dissertação (MS) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

AMBRÓSIO, L. A.; GUIMARÃES, V.A.; PERES, F. C.; CANZIANI, J.R.. Relatório de avaliação do Programa Empreendedor Rural – Fase I, Curitiba-Pr, março de 2004, 39p.

GUIMARÃES, V.A.; PERES, F. C.; CANZIANI, J.R. ; AMBRÓSIO, L. A.. Relatório de avaliação do Programa Empreendedor Rural – Fase I, turmas 1, 2 e 3, Curitiba-Pr, novembro de 2004, 59p.

GUIMARÃES, V.A.; PERES, F. C.; CANZIANI, J.R. ; AMBRÓSIO, L. A.. Relatório de avaliação do Programa Empreendedor Rural – 1, Curitiba-Pr, março de 2004, 59p.

PERES, F. C.; AMBRÓSIO, L.A.; CANZIANI, J.R.; GUIMARÃES, V.A. Programa Empreendedor Rural – Fase III, Resultados de Pesquisa, O capital social dos participantes antes e após o treinamento, Curitiba-Pr, Dezembro de 2005 (b), 90p.

PERES, F. C.; CANZIANI, J.R.; GUIMARÃES, V.A. Manual do Programa Empreendedor Rural – Fase I, Curitiba-Pr, Senar-Paraná, 2003.

PERES, F. C.; CANZIANI, J.R.; GUIMARÃES, V.A.; VIEIRA, P. Manual do Programa Empreendedor Rural – Fase III, Curitiba-Pr, Senar-Paraná, 2005(a).

PUTNAM, R. D. 2000. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.